

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 16, de 2026

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Iniciativa:

Ementa:

Requer urgência para o PL 421/2023, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher”.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Prejudicada

Último local: 23/06/2026 - Secretaria de Atas e Diários

Destino: Ao arquivo

Último estado: 23/06/2026 - PREJUDICADA

Matérias Relacionadas:

Projeto de Lei nº 421 de 2023

TRAMITAÇÃO

23/06/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: PREJUDICADA

Ação: A Presidência declara, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno, a prejudicialidade do presente requerimento. Ao arquivo.

Publicado no DSF Páginas 26 - DSF nº 95

13/05/2026 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado requerimento (Urgência para matéria) na Comissão nesta data às 10:12.

DOCUMENTOS

PL 421/2023

Data: 08/02/2024

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 16, de 2026

DOCUMENTOS

Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher.

REQ 16/2026 - CCJ

Data: 13/05/2026

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Requer urgência para o PL 421/2023, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher”.

Avulso inicial da matéria

Data: 13/05/2026

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: -